

OS GRUPOS RACIAIS NAS ELEIÇÕES DE 2014: DESAFIO À REPRESENTAÇÃO NA DEMOCRACIA

Anne Alencar Monteiro

Resumo:

O presente artigo visa analisar as manifestações de raça no que se refere à candidatura de negros, brancos, índios e ciganos nas eleições brasileiras ocorridas no ano de 2014. A análise parte do monitoramento da mídia e entrevistas realizadas no período da eleição. Abordaremos a questão da representação a partir da estatística eleitoral dos grupos raciais e também a partir das principais propostas defendidas pelos candidatos em relação às questões raciais. Buscamos com isso compreender o sistema político brasileiro que se mostra desigual e alertar para a criação de mecanismos eleitorais mais igualitários. Esse artigo é fruto de uma parte das pesquisas realizadas para o projeto de extensão “*Manifestações de Gênero, Raça e Sexualidade nas eleições de 2014*”, carinhosamente chamado de “*Observatório Feminista das Eleições*” que tem como objetivo analisar as manifestações de gênero, raça, sexualidade e religião no processo eleitoral.

Palavras-chave: Raça. Etnia. Representação política. Eleições.

I – Introdução

As questões raciais no Brasil são complexas e envolvem processos históricos, os quais fazem parte da organização social do país. O presente artigo analisa as questões que envolvem negros, índios, ciganos e brancos nas eleições de 2014 e está dividido em cinco seções. Na primeira parte são apresentados alguns conceitos norteadores para a análise dos dados, em seguida é traçado uma contextualização sócio-histórica dos grupos raciais trabalhados. Na terceira seção é discutido as questões sobre representação numérica das candidaturas lançadas nas eleições nacionais de 2014. Em seguida é analisada a questão racial a partir dos discursos dos candidatos e candidatas e seus partidos. Finalizo o texto refletindo sobre os

possíveis caminhos na busca de uma democracia efetivamente representativa.

O processo de colonização no Brasil (e no mundo) baseou-se na hierarquização das diferenças raciais e étnicas entre os diversos grupos sociais. Essa diferença é percebida na contemporaneidade na dificuldade de negros e indígenas acessarem educação, saúde e emprego de qualidade e na cor da população carcerária. E no universo político como se configuram as relações raciais? Este artigo busca responder essa pergunta através da análise da (sub) representação política dos chamados grupos subalternos nas candidaturas lançadas para as eleições de 2014. Para o entendimento das relações raciais no processo político brasileiro contemporâneo não resta dúvida que temas como identidade, mestiçagem, racismo, branquitude se configuram como eixos centrais no debate.

A questão da representação política é essencial para a implementação e fortalecimento dos regimes democráticos. Segundo Phillips (2001) o problema da exclusão política de segmentos sociais como mulheres, negros e indígenas deve ser analisado a partir de duas perspectivas: a política de ideias, ou seja, o projeto político e as ideias defendidas pelos candidatos, e a política de presença que é a representação numérica, onde:

Tomadas isoladamente, as fraquezas de uma são tão dramáticas quanto as falhas da outra. A maior parte dos problemas, de fato, surge quando as duas são colocadas como opostos mutuamente excludentes: quando ideias são tratadas como totalmente separadas das pessoas que as conduzem; ou quando a atenção é centrada nas pessoas, sem que se considerem suas políticas e ideias. É na relação entre ideias e presença que nós podemos depositar nossas melhores esperanças de encontrar um sistema justo de representação, não numa oposição falsa entre uma e outra. (PHILLIPS, 2001, p. 289)

Assim, o fenômeno da (sub) representação segundo o critério racial será abordado nesse artigo com base nessa premissa, buscando abarcar a política de ideias e de presença.

Raça e etnia são categorias que dialogam diretamente com noções sobre identidade. As concepções sobre a formação da identidade individual e coletiva do sujeito transformou-se ao longo da história. Consideramos que houveram três concepções diferentes de identidade do sujeito: O sujeito Iluminista onde estava baseado no Eu, eixo central para a formação da identidade de uma pessoa; O sujeito sociológico onde sua identidade é formada a partir da interação entre o Eu e o Outro; e o sujeito pós-moderno onde sua identidade não é fixa ou permanente, mas fluida, diferente e contraditória (HALL, 2005). A identidade tomada em seu sentido geral carrega ideias essencialistas, que percebem a identidade como imutável e fixa e são baseadas em ideias biologizantes, e a identidade também é relacional, onde a diferença é marcada a partir de um contraste simbólico de outras identidades que possuem ligação com condições culturais e materiais (WOODWARD, 2000). O social e o simbólico são mecanismo onde a identidade é construída e mantida, tais identidades não são necessariamente unificadas. “Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído.” (WOODWARD, 2000, p. 18). A identidade deve ser pensada para além de seus aspectos puramente fisiológicos, nos quais são envolvidas relações sociais, culturais, simbólicas de poder. A partir disso, podemos analisar raça e etnia como uma categoria de grande relevância para a questão da representação política.

A análise dos dados que foram coletadas para a construção desse artigo não está baseada nas ideias irredutíveis do essencialismo biológico, mas acreditamos que a materialidade dos corpos é carregada de símbolos e significados os quais são construídos social e culturalmente e que estão intrínsecos na lógica que regula as relações de poder racializadas. O Brasil como tendo uma cultura hierarquicamente marcada pelas diferenças étnico-raciais (fruto do processo histórico ideológico da colonização) sua política tende a seguir essa mesma lógica. Assim, a política não está limitada pelos e

nos partidos, governos ou atores políticos institucionais e, muito menos, não está imune e nem neutra à cultura, pois toda política é ação simbólica que ganha sentido na teia de significados e símbolos que formam a cultura (GEERTZ, 1978, 1980). A análise das candidaturas segundo os grupos étnico-raciais: negros, brancos, ciganos, índios nos mostra a institucionalização do jogo desigual das relações de poder presentes entre os diferentes grupos raciais no Brasil.

Quando nos referimos à identidade racial da população brasileira uma questão central sobressai: a mestiçagem. Muitos são os questionamentos a respeito da nossa raça, tantos acadêmicos quanto os chamados “populares”: quem somos? Somos negros, brancos, índios, mestiços, ciganos ou apenas brasileiros? É nesse contexto de inquietações que Munanga (2004) busca entender a relação entre a construção de identidade negra coletiva, a mobilização no Movimento Negro brasileiro e a ideia do branqueamento. O Movimento Negro no Brasil ainda enfrenta dificuldades em mobilizar suas bases para a construção de uma identidade negra. Esta identidade seria uma das molas impulsora da luta coletiva no enfrentamento ao racismo e as desigualdades entre brancos e negros geradas por este fenômeno. O autor nos chama a atenção para o fato de que esta dificuldade não está relacionada à falta de reflexões acadêmicas ou de mobilização social negra, mas sim ao ideário do branqueamento que “roubou dos negros o ditado ‘a união faz a força’, ao dividir negros e mestiços e ao alienar o processo de identidade de ambos” (MUNANGA, 2004, p. 15). O ideal da mestiçagem, tal como é aplicado no Brasil, acaba escondendo as relações de poder que existem entre os diferentes grupos raciais no país, em resumo, acaba mascarando a existência do racismo. A visão romântica de que não há uma diferença biológica, resultado da mistura, logo reafirma a ideia de que não há uma diferença social acaba desmobilizando e enfraquecendo os grupos subalternos racializados em assumirem uma base de luta concreta a partir da

identidade, nos quais perdem voz na busca por maior representatividade no âmbito da política institucional.

II – Breve histórico político sobre os grupos subalternos

Apresentaremos agora um breve histórico do estamos afirmando que são negros, indígenas, ciganos e brancos. Objetivo deste tópico é fornecer um contexto analítico que possa embasar de forma histórica a questão da participação dos grupos étnicos-raciais no âmbito da política.

Historicamente excluídos, a população negra do Brasil enfrenta cotidianamente o racismo presente na sociedade. O movimento negro tem como principal bandeira de luta o enfrentamento ao racismo, buscando a integração social do negro e tem suas origens desde o período republicano, passando por modificações ao longo do tempo e pode ser identificado três fases diferentes na sua organização:

Na primeira fase do movimento negro na era republicana (1889-1937), emergiram organizações de perfis distintos: clubes, grêmios literários, centros cívicos, associações beneficentes, grupos “dramáticos”, jornais e entidades políticas, as quais desenvolviam atividades de caráter social, educacional, cultural e desportiva, por meio do jornalismo, teatro, música, dança e lazer ou mesmo empreendendo ações de assistência e beneficência. Em momento de maior maturidade, o movimento negro se transformou em movimento de massa, por meio da Frente Negra Brasileira. Na segunda fase (1945-1964), o Movimento Negro retomou a atuação no campo político, educacional e cultural. Com a União dos Homens de Cor e o Teatro Experimental do Negro, passou-se a enfatizar a luta pela conquista dos direitos civis. Na terceira fase (1978-2000) surgiram dezenas, centenas de entidades negras, sendo a maior delas o Movimento Negro Unificado. (DOMINGUES, 2007, p. 121)

Apesar de suas raízes históricas de ações em prol da população negra, o movimento negro no Brasil ainda enfrenta uma grande

barreira na luta contra o racismo: a questão da participação dos negros na política.

Diferente do movimento negro, a visibilidade política dos movimentos ciganos no Brasil teve um fortalecimento mais recente. O I Encontro Nacional dos povos Ciganos só foi realizado em 2013, promovido pela Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial da Presidência da República (SEPIR). Este encontro teve como objetivo reunir os povos ciganos espalhados pelo Brasil para discutir questões políticas e sociais específicas dessa população. A legislação que trata dos direitos dos ciganos também é recente, somente em 2006 que foi intitulado o Dia Nacional do Cigano no Brasil comemorado na data de 24 de maio. Contudo, a documentação oficial que contem o primeiro registro da chegada de ciganos no Brasil data desde 1574, quando um casal de ciganos foi deportado de Portugal. Atualmente existem três grandes etnias ciganas espalhadas pelo país: Calon, Rom e Cinti. Segundo o Relatório Executivo Brasil Cigano (2013) estima-se que existe cerca de meio milhão de ciganos no país. Porém, a política brasileira historicamente negou a existência dessa população, criando uma política anticigano no país:

Apesar de esses grupos terem se adaptado e trabalhado com diversas atividades, entre elas o de comerciantes de escravos, ele se tornou um incômodo para as elites brasileiras do século XIX, que visavam construir uma identidade nacional baseada numa “limpeza étnica” disfarçada de “reformas urbanas”, de modernização. Visavam, sobretudo, o patriotismo enaltecendo a “raça” nacional, a miscigenação entre o europeu, o africano e o indígena, mas sem mencionar a população cigana. (AMARAL, 2010, p. 169)

Na política brasileira atualmente não conseguimos, através dos meios institucionais, mensurar a representatividade dos ciganos, pois as estatísticas apresentadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) não levam em consideração as especificidades étnicas dessa população, apresentando em seus dados estatísticos somente as categorias: pretos, pardos, brancos, amarelos e indígenas.

Os movimentos sociais indígenas começaram a crescer e ganharam força na década de 1970 a partir do “Parlamento Índio-Americano do Cone Sul”, realizado em São Bernardino/Paraguai, que contou com a participação de lideranças indígenas do Brasil (SILVA, 1999). O movimento social indígena passou por algumas transformações ao longo dos anos e pode ser classificado em três períodos diferentes. Um primeiro momento pode ser caracterizado como uma política de um indigenismo governamental tutelar onde havia uma lógica das políticas estatais em tutelar essa população; um segundo momento é caracterizado por um indigenismo não governamental nos anos de 1970 com o surgimento de organizações não governamentais (ONGs) de apoio aos índios; o terceiro momento contemporâneo pode ser caracterizado como um indigenismo governamental e começou atuar a partir de 1988, o grande marco para esse período foi à mudança de lógica atuante no estado que até então era de tutela dessas populações, passando para o reconhecimento de sua diversidade cultural e da sua organização política (LUCIANO, 2006). Vale destacar que na política institucional o primeiro Deputado Federal indígena, Mario Juruna, líder xavante, foi eleito em 1983 e representa um grande marco na história política dessa população. As questões indígenas não estão desvinculadas das questões gerais do país e nem significam um retrocesso ao desenvolvimento do Brasil, assim faz-se necessário a inserção política das representações indígenas para que seus direitos sejam garantidos.

Por fim, analisaremos a questão da branquitude no Brasil. A população branca caracteriza-se historicamente por ser o grupo da dominação colonial. Como bem caracteriza Sovik (2009) a branquitude é:

(...) atributo de quem ocupa um lugar social no alto da pirâmide, é uma prática social e o exercício de uma função que reforça e reproduz instituições, é um lugar de fala para o qual uma certa aparência é condição suficiente. A branquitude mantém uma relação complexa com a cor da pele, formato de nariz e tipo de

cabelo. Complexa, porque ser mais ou menos branco não depende simplesmente da genética, mas do status social. (SOVICK, 2009, p. 50)

A branquitude, como qualquer outra identidade racial, não é homogênea e nem se assenta somente em características biológicas. Ser branco em uma sociedade multiracial como o Brasil é ocupar status de autoridade e superioridade racial, política, econômica e social. Vemos também que alguns mecanismos de dominação racial ainda operam no âmbito da política, principalmente os discursos que negam a existência do racismo a partir da miscigenação.

III – Eleições 2014 em números: da sobre-representação à inexpressividade de candidatos

O debate sobre a representação política é um dos pilares nas análises sobre formação dos Estados e governabilidade, principalmente sobre os funcionamentos das democracias. A lógica por uma representação numérica é um aspecto que compõe as teorias sobre representação e está presente em autores clássicos como Rousseau e Locke (1997 *apud* AVRITZER, 2007), para esses autores a representação está ligada a um princípio de igualdade numérica matematicamente estabelecida. Outros autores como Hobbes e Pitkin (1991, 1967 *apud* AVRITZER, 2007) trabalharam com a ideia de autorização da representação entre os atores políticos e a sociedade civil. Uma das formas de representação nas políticas contemporâneas é a representação eleitoral, sua legitimação ocorre através do voto e pode ser demonstrada numericamente através da quantidade de atores políticos candidatos tomando como categoria de análise o grupo racial ou de gênero a que pertencem.

A base dos dados estatísticos dessa pesquisa foi levantada a partir das informações publicadas pelo TSE no seu Sistema de Divulgação de Candidaturas e são referentes às eleições brasileiras de

2014. Analisaremos a seguir as candidaturas aos cargos de presidente, senador, governador, deputados estaduais e federais lançadas no primeiro turno. Os dados estatísticos divulgados pelo TSE estão divididos por várias categorias, uma delas é o quesito raça/cor no qual está dividido entre: amarelos, indígenas, brancos, pretos e pardos, segundo as divisões do IBGE. Vale ressaltar que nos dados do TSE não encontramos como critério raça/cor os ciganos e nem a diversidade da cultura indígena que não se reduz a uma etnia homogênea, sendo as candidaturas desses grupos impossível de ser mensuradas em números exatos, o que mostra uma invisibilidade dos ciganos e o reforço do estereótipo unificador da categoria indígena para o sistema eleitoral institucionalizado na democracia no Brasil. Essa classificação do TSE reflete o modelo de classificação racial que opera na sociedade brasileira. Diferente de outros países, como os Estados Unidos, no Brasil essa classificação é multipolar, herança do período colonial que minimizou a diversidade étnica, principalmente de negros e índios, e a generalizou em uma classificação baseada no fenótipo (SANTOS,2005). Para fins analíticos nessa seção do artigo adotaremos as classificações impostas pelo TSE. Iremos complementar a análise que tais classificações estatísticas deixam escapar no próximo tópico quando trataremos sobre as ideias e propostas defendidas pelas candidatas e pelos candidatos.

De acordo com o TSE, no ano de 2014 foram lançadas 26.172 candidaturas concorrendo aos cargos de presidente, vice-presidente, governador, vice- governador, senador, senador 1º e 2º suplente, deputado federal, estadual e distrital. Segundo o Instituto de Estudos Socioeconômicos/INESC (2014) pela primeira vez na história da democracia no país possuímos dados sobre o critério racial dos candidatos às eleições- estaduais e federais. O Gráfico 01 revela que desse total de candidatos mais da metade são brancos, os pretos, pardos e indígenas constituem a minoria nessa disputa.

GRÁFICO 01

FIGURA 01: Gráfico realizado pelo INESC

Se compararmos os dados do Gráfico 01, do Gráfico 02 e da Figura 01 (que traz a composição racial da população brasileira em relação a composição racial das candidaturas). Concluímos que há uma sobre representação da população branca no país, ou seja, eles estão mais do que representados, eles ocupam mais da maioria das cadeiras governamentais.

Um fator nos chama atenção: só há candidatas mulheres indígenas para os cargos de deputadas federais ou estaduais, nenhuma concorreu a cargos majoritários no Brasil. Segundo dados levantados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos/INESC (2014) somente 27 mulheres indígenas participaram do processo eleitoral. O que reflete a barreira de gênero, étnico/racial e social as quais as mulheres indígenas enfrentam. Essas barreiras não funcionam como somatório de opressões e desigualdades, mas colocam as mulheres indígenas em um lugar específico no mundo (*standpoint*)⁶². A lógica da intersecção e o modelo interativo apontado por Santos (2009) busca compreender a intersecção entre raça e gênero, a maneira como um efeito muda ou interfere em outro efeito. O que significa pensar que ser indígena tem efeitos diferentes para mulheres e para os homens pertencentes a mesma etnia, e que ser homem ou mulher tem um efeito diferente no que é ser índio. Ao encontrarmos um quadro político institucional brasileiro onde as mulheres indígenas não conseguem nem lançar suas candidaturas e nem muito menos serem eleitas a cargos majoritários vimos que há uma assustadora sub-representação do ponto de vista

62 Esse ponto de vista tão particular e marcado por diferentes categorias de opressões é umas das bases do feminismo negro. A perspectiva teórica do ponto de vista feminista negro (*standpoint*) é marcada pela negação da mulher como ser universal e foca as suas particularidades a partir das suas realidades vividas e que dependem do contexto racial e social as quais estão inseridas. (CARDOSO, 2012)

específico das mulheres indígenas, o que provoca uma profunda consequência na luta e na implementação de direitos dessa população.

Atualmente no Brasil a efetiva representação política dos mais plurais grupos étnicos, raciais, sociais e de gênero é um grande desafio para a implementação de um governo democrática de fato. A partir da análise quantitativa dos grupos étnicos raciais proposto nesse artigo que foram candidatos para os cargos de presidente, governador, senador e deputados federais e estaduais nas eleições de 2014 é visível a exclusão (onde sua representação numérica em alguns casos é quase zero) dos grupos “minoritários”. Esse fenômeno pode ser identificado como uma sub-representação numérica dos candidatos negros, índios e ciganos em relação aos candidatos brancos. Entendemos que a sociedade brasileira só será plenamente democrática quando encontrarmos um sistema justo de representação que valoriza a política de presença dos candidatos.

Em nossa análise consideramos que uma vez um candidato acesse o quadro de eleito não garante que ele irá governar em relação ao grupo étnico o qual ele faz parte, ou seja, ser negro, indígena ou cigano não garante de fato que essas pessoas vão programar leis e políticas que contemplem tais populações, por exemplo. Como já discutido anteriormente, consideramos que toda presença precisa ser acompanhada de ideias. As abordagens estatísticas conseguem nos mostrar um quadro desigual das representações, mas o debate não se encerra aqui.

IV – Representação da política de ideias

No presente tópico analisarei a representação de ideias, de propostas dos candidatos e das candidatas em relações as principais questões raciais no Brasil. Diferente dos números, a forma de mensurar a ideia de um candidato ou candidata é mais complexa.

Utilizamos como principal fonte de pesquisa a análise do que foi veiculado nas grandes mídias (sites dos partidos, jornal, páginas no facebook, debates e propagandas eleitorais). Nas eleições de 2014, a questão racial não estava tão explícita na mídia como as questões de gênero ou sexualidade, por exemplo, talvez porque as questões sobre raça não estão classificadas como “temas polêmicos” (aborto, casamento gay e lésbico, transexualidade, regulamentação do uso da maconha) com isso não tiveram um impacto expressivo na mídia em geral, mas temas que envolve e que tem um impacto direto nos segmentos raciais como redução da maioria penal, segurança pública, leis que regulamentam o agronegócio foram abordadas ligeiramente nas mídias. Assim, quando afirmamos que há uma sub-representação de ideias em relação às propostas que envolvem questões raciais, estamos afirmando que raça não foi um tema bem explorado e nem evocado pelos principais candidatos e candidatas, sobretudo à presidência. Quando tais temas foram trazidos à tona percebemos uma sub-representação das questões raciais no país.

Historicamente excluídos dos espaços políticos a população negra além de está sub-representada numericamente em relação aos candidatos brancos, ainda está sub-representado em relação às propostas políticas raciais, há ainda um debate raso por parte dos principais candidatos. Para tratar das questões sobre o que os candidatos a presidência defenderam em relação às causas raciais tomaremos dois exemplos emblemáticos que envolveram o candidato Aécio Neves e a candidata Dilma Rousseff. Durante a campanha eleitoral o candidato Aécio Neves lançou uma lista de ações para a promoção da igualdade racial. Tais ações foram discutidas pelo Tucanafro, um dos secretariados temáticos do PSDB criado em 2003, que só começou a ser mais articulado em 2011. O partido criou eixos temáticos para articular as suas demandas políticas, os quais são: PSDB Mulher, que propõe abranger as questões de gênero; PSDB Sindical, para atender as questões trabalhistas; PSDB Juventude, para representar os jovens; o Tucanafro, para atender as demandas da

população negra; e o Diversidade Tucana, para contemplar as demandas LGBT's. As questões raciais entram na pauta do partido via Tucanafro, que funciona com diversos diretórios espalhados pelos Estados brasileiros e tem sua unidade representada pelo presidente geral. Diante da divulgação e inclusão do Secretariado em vários estados, como também o período eleitoral, notícias sobre o mesmo despertaram a atenção da mídia. Um dos casos foi o que se refere à Presidenta do secretariado Tucanafro PSDB de Roraima, loira e Delegada de Polícia Civil. Candida de Magalhães foi à escolhida para representar a causa negra levantada pelo partido no Estado, a qual concentra antagonismos para representatividade da população negra. Candida aparece como mais um reflexo do mito da democracia racial brasileira que nega a presença do racismo no país, o que é explícito através do slogan do próprio Tucanafro: “*A luta não é do negro, é nossa*”. Respondendo as acusações e a pressão da mídia sobre este caso o Presidente Nacional do Tucanafro Juvenal Araújo, faz uma nota de esclarecimento publicada no site do Tucanafro, defendendo a escolha da representante:

[...] Cândida, como Presidente do Tucanafro RR, simboliza o nosso próprio lema: a luta não é do negro, é de todos. Não desejamos, de forma alguma, disputar espaço com os brancos. Queremos eles como aliados. Ficamos imensamente felizes quando trazemos para nossa campanha pessoas que entendem a causa mesmo não sendo negras. Se nosso sonho é ter igualdade, não há porquê incentivar essa disputa. Entre todos nós, do Tucanafro, os brancos serão sempre bem-vindos, desde que compartilhem do mesmo sonho que nós: viver em um mundo que respeite as diferenças. (ARAÚJO, 2014)

A questão da representatividade racial levantada pelo PSDB via Tucanafro é questionável, pois não articula de fato a política de presença e de ideias em um núcleo que propõe dialogar as causas negras, com representantes brancos. Garantir que somente os negros são os porta-vozes das causas negras é inclinar-se para um essencialismo irredutível, mas afirmar que representações brancas garantam de fato a implementação de políticas específicas para os negros, principalmente quando atuam com o slogan “*A luta não é do*

negro, é nossa”, é absurda. Assim, percebemos que apesar dos esforços do PSDB em garantir uma melhoria da condição negra no país há ainda uma sub-representação e contradições em torno das questões raciais. Uma política para os negros de fato poderá ocorrer a partir de um maior debate e uma articulação com o movimento negro.

Os discursos sobre identidade racial que operam na sociedade brasileira estão presentes no cenário político. Esse fato traz consequências diretas para o tipo de política e combate ao racismo que irá ser adotado pelos governos. Segundo matéria publicada no site do Jornal Folha de São Paulo a presidente Dilma em um contexto racial predominantemente negro se declara como “pardinha”:

Em campanha nesta quinta-feira (9) em Salvador, na Bahia, a presidente Dilma Rousseff (PT) se declarou “pardinha” e pediu uma vaga no Olodum, um dos mais tradicionais blocos afros da capital baiana. “Eu inclusive já falei que, quando deixar de ser presidente, eu vou ver se eu consigo ali um espaçozinho para mim [sic] tocar lá no Olodum”, disse a presidente. “Eu sou meio pardinha, então eu acho que eu passo lá.” A declaração ocorreu pela manhã em entrevista a rádios baianas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014)

Vale ressaltar que no registro de sua candidatura Dilma se declara como branca o que revela uma contradição em sua fala. Porém, para além de discutir a identidade racial subjetiva da candidata, sua atitude revela os jogos de “esconde-esconde” presente na lógica da miscigenação enraizada no país:

O valor da branquitude se realiza na hierarquia e na desvalorização do ser negro, mesmo quando “raça” não é mencionada. A defesa da mestiçagem às vezes parece uma maneira de não mencioná-la. A linha de fuga pela mestiçagem nega a existência de negros e esconde a existência de brancos. [...] O discurso da mestiçagem permite que os que falam desde a perspectiva branca possam brincar de ser populares. (SOVIK, 2009, p. 50)

Dilma ao afirma-se como pardinha em um contexto social marcado pelas culturas afro-brasileiras é uma tentativa de negar a hierarquia racial presente no país, é afirmar a mestiçagem como

campo neutro onde as relações de poderes entre as raças quase que desaparecem. As questões raciais ainda são uma “pedra no sapado” da sociedade brasileira onde o esforço para neutralizar as tensões que tais discussões promovem se dá pela linha de fuga da mestiçagem, o que ecoa na política a partir da presença de políticos que reproduzem tais ideias.

A sub-representatividade das questões raciais nas eleições presidenciais de 2014 se caracteriza também a partir de uma omissão das questões sobre os negros, mesmo quando se estava falando de políticas públicas que afetam diretamente a população negra. Nos debates eleitorais entre os presidenciáveis não houve um candidato ou candidata que levantasse a bandeira explícita a favor da população negra, indígena ou cigana. O que presenciamos foi um discurso social muito forte, se falou muito em Bolsa Família, em privatizações, diferenças econômicas, meritocracia. Contudo todas essas questões foram pautadas sem uma perspectiva racial. Essa minimização das diferenças raciais são frutos do processo de hierarquização racial da sociedade brasileira, onde, mais uma vez, a válvula de escape da mestiçagem aparece como mecanismo mais utilizado, mesmo que implicitamente:

Assim, brancos e negros serem irmão, conforme reza o discurso da mestiçagem, não impede a instalação do medo branco [...] O medo do diferente pode não ser medo do exótico, do distante, mas do próximo, do quase igual. O medo solicita uma racionalização. A mais comum é de negar a diferença racial. É mais fácil aceitar a diferença material, de classe social, do que a racial. Com a classe social, fica reestabelecida a distância entre branco e negro, não somos mais irmãos. (SOVIK, 2009, p. 51)

A única candidata a presidência que se autodeclarou negra, Marina Silva (PSB) não fomentou o debate para as questões específicas sobre raça, a nova política a qual ela defendia não parecia incluir negros, índios e ciganos. A presença dela enquanto candidata negra pode sim ter efeitos positivos para a população negra em geral,

principalmente no que se refere a autoestima e afirmação do lugar de poder e de fala dessas pessoas, porém suas ideias políticas não o são, deixando as pautas raciais em segundo plano no debate político.

Apesar dessa sub-representação de ideias em relação às propostas dos candidatos no que tange as questões raciais, O *Observatório Feminista das Eleições de 2014* buscou entrevistar algumas candidatas aos cargos de deputadas federais e estaduais para que pudéssemos ter uma amostra do que se pautaria no âmbito do legislativo em relações as temáticas propostas pelo projeto. Assim, foram realizadas 11 entrevistas, divididas em 6 Deputadas Federais e 5 Deputadas Estaduais. As principais temáticas que essas candidatas apresentavam foram em relação aos temas sobre raça, gênero e sexualidade. As entrevistadas pertenciam a diferentes partidos, como PT, PSTU, PSDB, PSOL, PSB, PCdoB e pertenciam as localidades de Salvador, Porto Alegre e São Paulo. Além disso, elas apresentavam características diversas: mulheres cisgênera e transexuais*, negras, jovens, mais velhas, brancas e de diferentes classes sociais. Para análise desse artigo iremos focar nas candidatas negras. De uma maneira geral o que podemos perceber é que o lugar de fala, história de vida e a participação em movimento social influenciam diretamente nas ações políticas, nas escolhas partidárias, nas bandeiras levantadas por cada candidata. O projeto político está diretamente ligado ao ponto vista vivenciado por cada uma delas. Uma das candidatas nos conta que:

O jogo é brutal, é difícil é desigual, mas nós temos que fazer a disputa e participar levando nossas bandeiras, nossas propostas. Tem que ter tenacidade para a gente poder conquistar aquilo que a gente acredita. Eu não sou candidata da minha cabeça, eu sou candidata porque desde 1998 o movimento negro se reuniu e queria que eu fosse candidata a prefeita. Houve muito debate, a gente não conseguiu. E foi isso que aconteceu e nós estamos nessa luta até hoje, e acho que foi exatamente o movimento que me deu uma maior projeção para que eu pudesse assumir essa participação política institucional. (Entrevista realizada pela equipe do Observatório Feminista com candidata a Deputada Estadual, 15 de setembro de 2014)

Retomando as questões sobre a política de ideias percebemos que devemos pensar a política para além dos seus muros institucionais, e não só analisar os programas de governo e a questão das identidades presentes no jogo político, mas é preciso observar também a história de vida de tais candidatas, pois a partir dela pode-se afirmar com mais ênfase o que de fato motiva os posicionamentos políticos e ideológicos, os quais tentam romper com a lógica que hierarquiza as raças socialmente.

Em relação aos candidatos indígenas e ciganos não conseguimos detectar uma representatividade forte que ganhasse destaque no cenário nacional por pautar questões específicas dessa população. Essa ausência pode ser interpretada como um silenciamento das questões de tais grupos étnicos raciais no âmbito da política. Durante as atividades do projeto *Observatório Feminista das Eleições de 2014* tentamos localizar candidatos ciganos e indígenas para realizarmos entrevistas, mas não tivemos êxito, o que revela a dificuldade e invisibilidade dessa parcela da população.

O Brasil por ainda ser um país racista que tenta negar a ausência do racismo com a ideia de mestiçagem transporta para a arena política toda sua lógica de hierarquização racial. Assim, percebemos que ideias não podem ser afastadas das pessoas que as defendem. Pensar em uma democracia representativa é pensar nas bandeiras de luta e em quem as levanta.

V- Considerações finais

O desafio para implementação de uma democracia representativa está em pensar a política fora dos seus muros institucionais. É preciso criar estratégias de inclusão que levem em consideração o quadro de exclusão racial e étnica nos quais negros, indígenas e ciganos estão inseridos socialmente. Vimos que o racismo

acaba sendo institucionalizado pelo sistema político brasileiro, o qual não garante uma disputa igualitária entre candidatos. Um dos principais fatores que contribui para essa desigualdade é o financiamento privado das campanhas eleitorais, grupos econômicos acabam garantindo que futuros governantes defendam seus interesses (INESC, 2014). Assim, faz-se necessário uma reforma do sistema político que incluam medidas e estratégias que garantam a representação de idéias e de presença de grupos historicamente descirmidados socialmente (negros, índios, ciganos, quilombolas, mulheres, população LGBT, agricultores familiar) na política.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima Pacheco(Orgs.). **As mulheres nas eleições 2010**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política; Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República, 2012.

AMARAL, Fernanda. POR UM OLHAR FEMINISTA SOBRE AS CIGANAS BRASILEIRAS. **Ártemis**, Paraíba, v. 11, p.168-177, dez. 2010. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/view/10698>>. Acesso em: 25 nov. 2014.

ARANTES, Luana Lazzeri; GALETTI, Lylia da Silva Guedes; VASCONCELOS, Marcia. **RELATÓRIO EXECUTIVO BRASIL CIGANO**. Brasília: Sepir, 2013. Disponível em: <<http://www.seppir.gov.br/comunidades-tradicionais/relatorio-executivo-brasil-cigano-1>>. Acesso em: 1 dez. 2014.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade Civil, Instituições Participativas e Representação: Da Autorização à Legitimidade da Ação. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 50, p.443-464, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v50n3/01.pdf>>. Acesso em: 17 nov. 2014.

CARDOSO, Cláudia Pons. **Outras Falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras**. 2012. Tese (Doutorado em Gênero em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo), Universidade Federal da Bahia, Salvador.

COSTA, Ana Alice. **As donas no poder: mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA, Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 1998.

DOMINGUES, Petrônio. Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, p.100-122, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07>>. Acesso em: 23 out. 2014.

GEERTZ, Clifford. Uma Descrição Densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978. Cap. 1. p. 13-41.

_____. 1980. **Negara: O Estado Teatro no século XVI**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Cap. 3. p. 103-130.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2006.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a Mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PHILLIPS, Anne. De uma política de ideias a uma política de presença? In: **Estudos Feministas**. Florianópolis: v. 9, n. 1, 2001.

RIAL, Carmem. **Antropologia e mídia: breve panorama das teorias de comunicação**. Santa Catarina: Antropologia em Primeira Mão, 2004.

SANTOS, José Alcides Figueiredo. **A interação estrutural entre a desigualdade de raça e de gênero no Brasil**. Rev. bras. Ci. Soc. 2009, vol.24, n.70, pp. 37-60.

SOVICK, Liv. Ensaios Teóricos. In: SOVICK, Liv. **Aqui ninguém é branco**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009. Cap. 1. p. 33-88.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003. Cap. 1. p. 7-72.

PITOMBO, João Pedro. Na Bahia, Dilma se declara 'meio pardinha' e pede vaga no Olodum. **Folha de São Paulo**. Salvador, p. 1-1. 09 out.

2014. Disponível em:
<<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/10/1529764-na-bahia-dilma-se-declara-meio-pardinha-e-pede-vaga-no-olodum.shtml>>.
Acesso em: 23 out. 2014.

ARAUJO, Juvenal. **Nota de Esclarecimento do Tucanafro Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.psdb.org.br/tucanafro/nota-de-esclarecimento-do-tucanafro-brasil/>>. Acesso em: 08 nov. 2014.

INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. **Sub-representação de negros, indígenas e mulheres: desafio à democracia**. Brasília: Online, 2014. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/biblioteca/textos/perfil-dos-candidatos-as-eleicoes-2014>>. Acesso em: 02 nov. 2014.